

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

CONTRATO N.º 04/2022

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO E OU LOCAÇÃO
DE TABLET COM PLANO DE DADOS DE
ACESSO A INTERNET, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARICÁ E
CONESUL COMERCIAL E TECNOLOGIA
EDUCACIONAL EIRELI, POR MEIO DA ATA
DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 10/2021-
CONSÓRCIO AMESP.**

O **MUNICÍPIO DE MARICÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, cuja Prefeitura tem sede na Rua Álvares de Castro, n.º 346, Centro, Maricá/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 29.131.075/0001-93, representado pela Secretária de Educação, Senhora **ADRIANA LUÍZA DA COSTA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade n.º 067688317, expedida pelo DIC/RJ e inscrito no CPF/MF sob o n.º 759.808-007-00, doravante denominado **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)**, e a pessoa jurídica **CONESUL COMERCIAL E TECNOLOGIA EDUCACIONAL EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º: 05.896.401/0005-19, situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 735, complemento 92, Centro, Sorocaba/SP, CEP: 18.035-060, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por **MARCIO NOGUEIRA VIGNOLI**, portador da carteira de identidade n.º 065490021, expedida pelo IFP e inscrito no CPF/MF sob o n.º: 803.802.637-34, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE AQUISIÇÃO E OU LOCAÇÃO DE TABLET COM PLANO DE DADOS DE ACESSO A INTERNET**, conforme processo administrativo n.º **11169/2021**, e especialmente o disposto na **Ata de Registro de Preços n.º 10/2021 – CONSÓRCIO AMESP**, aplicando-se ao contrato as normas gerais da Lei Federal n.º 10.520/2002 e nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Decreto Municipal n.º 158/2018, e suas alterações, demais legislações aplicáveis ao tema, bem como as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. O objeto do presente Contrato é a **AQUISIÇÃO E OU LOCAÇÃO DE TABLET COM PLANO DE DADOS DE ACESSO A INTERNET PARA AS UNIDADES ESCOLARES E DEMAIS SETORES DO MUNICÍPIO DE MARICÁ**, conforme especificado às fls. 141/42 e 186/189 do processo administrativo n.º **11169/2021**, e na forma do especialmente disposto na **Ata de Registro de Preços n.º 10/2021 – CONSÓRCIO AMESP**.

De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições do Edital de Pregão Presencial n.º 10/2021.

1.2. A **CONTRATADA** se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

2.1. As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Programa de Trabalho: 17.01.12.361.0008.2425;
Elemento de Despesa: 3.4.4.9.0.52.00.00.00; 3.3.3.9.0.40.00.00.00;
Origem do Recurso: 238;
Nota de Empenho: 154/2022; 155/2022; 156/2022; 157/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS.

3.1. A **CONTRATADA** poderá ser convocada a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação expedida pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)**, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)**.

3.2. O Contrato regular-se-á, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público.

3.3. O Contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)** a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

3.4. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E PAGAMENTOS.

4.1. DO VALOR.

4.1.1. O valor de referência para o fornecimento do objeto deste Contrato é de **R\$ 27.553.493,00 (vinte e sete milhões quinhentos e cinquenta e três mil quatrocentos e noventa e três reais)**; que representa o total da prestação dos serviços dos itens descritos da planilha de orçamento a seguir apresentada:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	MARCA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	TOTAL ANUAL
1.1	SERVIÇO DE SETUP POR DISPOSITIVO	SERVIÇO	Conesul	12500	R\$ 60,00	-	R\$ 750.000,00
1.2	PACOTE DE DADOS MÓVEIS COM 1 GB MÊS	SERVIÇO/MÊS	Conesul	39	R\$ 17,00	R\$ 663,00	R\$ 7.956,00
1.3	PACOTE DE DADOS MÓVEIS COM 2 GB MÊS	SERVIÇO/MÊS	Conesul	28	R\$ 25,00	R\$ 700,00	R\$ 8.400,00
1.4	PACOTE DE DADOS MÓVEIS COM 3 GB MÊS	SERVIÇO/MÊS	Conesul	4	R\$ 55,00	R\$ 220,00	R\$ 2.640,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

www.marica.rj.gov.br

1.5	PACOTE DE DADOS MÓVEIS COM 5 GB MÊS	SERVIÇO/MÊS	Conesul	12500	R\$ 80,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 12.000.000,00
1.6	PACOTE DE DADOS MÓVEIS COM 7 GB MÊS	SERVIÇO/MÊS	Conesul	4	R\$ 125,00	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00
1.7	PACOTE DE DADOS MÓVEIS COM 10 GB MÊS	SERVIÇO/MÊS	Conesul	1	R\$ 154,00	R\$ 154,00	R\$ 1.848,00
1.8	LOCAÇÃO DISPOSITIVO MODEMUDB PARA CHIP 3G/4G, POR MÊS	SERVIÇO/MÊS	Conesul	1	R\$ 8,00	R\$ 8,00	R\$ 96,00
1.9	LOCAÇÃO DE TABLET, especificação conforme termo de referência.	SERVIÇO/MÊS	Famix	12500	R\$ 97,90	R\$ 1.223.750,00	R\$ 14.685.000,00
1.10	AQUISIÇÃO DE TABLET, especificação conforme termo de referência	AQUISIÇÃO	Famix	77	R\$ 1.189,00	-	R\$ 91.553,00
TOTAL							R\$ 27.553.493,00

4.2. DO PAGAMENTO.

4.2.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento, desde que atendidas às condições previstas neste edital e no termo de referência, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa contratada.

4.2.2. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada à cada **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)** em 03 (três) vias, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

4.3. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.4. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária dos **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)**.

4.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)** os



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

www.marica.rj.gov.br

encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

4.6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.

5.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela **CONTRATADA**.

5.1.1. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis pelo período de um ano.

5.2. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição do **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)** para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

5.2.1. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)** de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

5.2.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

5.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

5.4. Na hipótese da **CONTRATADA** solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

5.4.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

5.4.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)**, este deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

www.marica.rj.gov.br

5.5. Fica facultada ao ÓRGÃO GERENCIADOR realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela **CONTRATADA**.

5.6. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do ÓRGÃO GERENCIADOR, sendo lavrado termo aditivo.

5.6.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a **CONTRATADA não poderá suspender o fornecimento do objeto** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

5.6.2. O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

5.7. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela **CONTRATADA**.

5.8. O diferencial de preço entre a proposta inicial da **CONTRATADA** e a pesquisa de mercado efetuada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela **CONTRATADA**, serão sempre mantidos.

5.9. Durante a vigência do Contrato o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. As obrigações decorrentes da prestação dos serviços, objetos constantes do registro de preços, a serem firmadas entre o **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)** e a **CONTRATADA** poderão ser formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

6.2. Na hipótese da **CONTRATADA** primeira classificada ter seu registro revogado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e preferencialmente nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá solicitar a mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de disponibilização dos bens compatível com as solicitadas, observadas as condições do Edital e o preço registrado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

www.marica.rj.gov.br

6.4. Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

6.5. O objeto deste Contrato deve ser executado diretamente pela **CONTRATADA**, não podendo ser sub-empregado, cedido ou sub-locado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência do **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)**, sem prejuízo da responsabilidade da **CONTRATADA** pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

6.6. A prestação dos serviços será executada conforme demanda, de acordo com a necessidade de cada **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)**, estimando-se as quantidades descritas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE.

7.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa detentora.

7.2. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

7.3. Prestar todos os esclarecimentos necessários para o fornecimento do objeto desta contratação.

7.4. Zelar pela boa qualidade do objeto recebido, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

7.5. Indicar funcionário para fiscalizar a execução do Contrato.

7.6. Comunicar à empresa contratada, por escrito, a respeito da supressão ou do acréscimo previsto neste contrato, encaminhando o respectivo termo aditivo para ser assinado.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

8.1. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.2. A **CONTRATADA** deve garantir, uma taxa de transmissão média nas Conexões de Dados no período de maior tráfego de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da taxa de transmissão de 1 Mbps para o padrão 3G e 4 Mbps para o padrão 4G. Esta meta é avaliada pelo indicador "Garantia de Taxa de Transmissão Média" Contratada (SMP11), presente no Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal – RGQ-SMP (Anexo I à Resolução nº 575, de 28 de outubro de 2011), ou valor estipulado em resolução da ANATEL mais atual.

8.3. Os SIM CARD's deverão ser habilitados com serviços exclusivamente de dados com franquias mínimas estabelecidas nas especificações do serviço, incluindo a assinatura de provedor de acesso à Internet, com garantir de Taxa de Transmissão Instantânea nominal de acordo com a normativa vigente da ANATEL.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

www.marica.rj.gov.br

8.4. Durante o período de maior tráfego, a contratada deve garantir uma Taxa de Transmissão Instantânea na Conexão de Dados mínima de acordo com os valores especificados em Resolução própria da ANATEL. Esta meta é avaliada pelo indicador "Garantia de Taxa de Transmissão Média" Contratada (SMP10), presente no Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal – RGQ-SMP (Anexo I à Resolução nº 575, de 28 de outubro de 2011), ou resolução da ANATEL mais atual.

8.5. Disponibilizar serviço de comunicação de dados principal com tecnologia 4G, sendo aceito o serviço prestado com tecnologia 3G/2G/GSM/GPRS/EDGE apenas nas microrregiões da cidade que não tenha cobertura 4G.

8.6. São considerados dispositivos que receberão os pacotes de dados: Os Tablets com recurso para receber chip 3G/4G de dados em uso de modem.

8.7. A **CONTRATADA** será responsável pela ativação do chip, configuração dos dispositivos conforme parâmetros definidos pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)** da Ata de Registro de Preços e teste de funcionamento da conexão dos dispositivos, este conjunto de atividades é denominado como "setup".

8.8. Em casos em que determinado dispositivo recebeu o serviço de "setup", mas o **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)** da Ata de Registro de Preços decidir inativá-lo por um período, o mesmo poderá ser desvinculado do pacote vigente e vinculado novamente em momento futuro, isento de nova cobrança de Setup, ou seja, uma vez pago o Setup por um dispositivo tal valor não poderá reincidir sobre o mesmo dispositivo.

8.9. Havendo mais de 02 (dois) pacotes de dados ativos no mês, o **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)** da Ata de Registro de Preços deverá realizar a GESTÃO DO CONSUMO dos dispositivos baseado nos pacotes vinculados.

8.10. A operação de transferência de saldos deverá ser realizada pela contratada com aprovação do **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)**, tal avaliação deverá ser feita com frequência diária apenas nos dias úteis e reportada via relatório.

8.11. A **CONTRATADA** deverá fornecer sistema de gestão para os chips e pacotes de dados, com os seguintes requisitos e funcionalidades mínimas:

- a) Permitir que os dispositivos possam ser monitorados por geolocalização;
- b) Controle de consumo, que deverá auferir individualmente o consumo de cada dispositivo;
- c) "White List" (lista branca), bloqueio de acesso a todos os sites, aplicativos e sistemas que não estejam previamente aprovados pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)**;
- d) O sistema deve funcionar 24x7 e apresentar os dados em tempo real.

CLÁUSULA NONA – DO TERMO CONTRATUAL.

9.1. As obrigações decorrentes deste Contrato serão formalizadas através de termo contratual, podendo consubstanciar-se na própria nota de empenho, na hipótese prevista no artigo 62 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

www.marica.rj.gov.br

9.2. A recusa da **CONTRATADA** em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.

9.3. No caso previsto no subitem anterior, a critério do **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)**, poderá ser celebrado contrato com as remanescentes, obedecida à ordem classificatória e preferencialmente as mesmas condições oferecidas pela **CONTRATADA**, inclusive quanto ao preço.

9.4. O eventual contrato resultante do presente Contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR/ **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)**;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

10.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

10.4. Caso haja a inexecução total do objeto Contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

10.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço - OS.

10.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

• **Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	R\$ 150,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

www.marica.rj.gov.br

02	R\$	250,00
03	R\$	350,00
04	R\$	500,00
05	R\$	2.500,00

• Tabela 2

ITEM	INFRAÇÃO/DESCRIÇÃO	GRAU
01	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
02	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia	04
03	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
04	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência	05
05	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência	05
Para os itens a seguir deixar de:		
06	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
07	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
08	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
09	Indicar e manter durante a execução do contrato, nas quantidades previstas neste termo de referência; por dia.	04

10.7. Quando a DETENTORA deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para execução dos serviços previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme tabela 3.

10.8. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a **CONTRATADA** a multa, conforme tabela 3 a seguir:

Tabela 3

GRAU	MULTA	TIPO DE ATRASO
------	-------	----------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

www.marica.rj.gov.br

01	2%	Sobre o valor total estimado do contrato, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço, para o início da obra.
02	3%	Por dia de atraso na entrega, até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
03	5%	Sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

10.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

10.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do **ÓRGÃO GERENCIADOR/ ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)**;
- d) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do **ÓRGÃO GERENCIADOR/ ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)** após o recebimento da Nota de Empenho;
- e) apresentação, ao **ÓRGÃO GERENCIADOR/ ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)**, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- f) inexecução total do objeto.

10.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com o **ÓRGÃO GERENCIADOR/ ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)** e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

10.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA**.

10.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

www.marica.rj.gov.br

10.14. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade de cada **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)** Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA E DO SUPORTE TÉCNICO.

11.1. O período de garantia será contado a partir da data da emissão do “termo de aceite” dos equipamentos, não podendo ser inferior a 01 (um) ano, no local de instalação (on-site).

11.2. A garantia e a assistência técnica serão prestadas pela rede de empresas credenciadas ou pelo próprio fabricante, com e sob a responsabilidade da **CONTRATADA**. Caso a empresa proponente ofereça prazo de garantia superior ao exigido no item acima, deverá indicá-lo na proposta.

11.3. A garantia e o suporte técnico abrangem a atualização continuada do firmware, e a resolução de problemas ocasionados pelo mau funcionamento e defeitos apresentados pelo equipamento adquirido, sendo a detentora da ata responsável pelo respectivo reparo e pela substituição das peças defeituosas por outra nova, de igual procedência e modelo. Não fazem parte dos serviços de garantia os problemas e defeitos ocasionados por mau uso dos equipamentos por parte do contratante.

11.4. Durante o período de garantia, a manutenção de hardware será de responsabilidade da contratada, cobrindo-se qualquer quebra que possa ocorrer, não se podendo ultrapassar dentro do horário comercial, o limite de 08 (oito) horas para atendimento e 12 (doze) horas para o reparo do problema, a partir da abertura do chamado. Deve ser considerado como horário comercial o período das 8 às 18 horas de segunda à sexta-feira, exceto feriados.

11.5. Na necessidade de retirada do equipamento, a empresa contratada, fabricante ou empresa autorizada pelo fabricante, deverá providenciar o conserto do produto no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do produto defeituoso, sendo considerada, para todos os efeitos, durante este período, como fiel depositário dele.

11.6. No caso de impossibilidade de solução do problema no prazo estabelecido, caberá à contratada a substituição temporária por outro equipamento idêntico e com mesma configuração sem qualquer custo adicional ao contratante.

11.7. Os componentes, peças e materiais que substituírem os defeituosos deverão ser originais do fabricante e de qualidade e características técnicas iguais ou superiores aos existentes no equipamento. Em caso de descontinuidade de sua fabricação ou a indisponibilidade para a sua aquisição no mercado nacional e internacional, poderão ser utilizados, com a concordância prévia do contratante, componentes, peças e materiais reconicionados ou de outros fabricantes, mas que sejam necessariamente compatíveis em termos de qualidade e características técnicas com os existentes.

11.8. A empresa contratada da Ata de Registro de Preços não poderá cobrar valores adicionais, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte e alojamento, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional.

11.9. A empresa indicada para a prestação dos serviços de garantia deverá fornecer relatório técnico ou ordem de serviço descrevendo o serviço prestado e as eventuais peças substituídas, com todas as informações solicitadas pelo contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
www.marica.rj.gov.br

11.10. Em caso de identificação de problemas generalizados de hardware e/ou firmware, tais como defeitos de fabricação e incompatibilidade de "drivers", a empresa contratada deverá providenciar a correção do problema em até 05 (cinco) dias úteis a partir da data do registro da ocorrência, ou substituição de todos os equipamentos relacionados ao problema em até 10 (dez) dias úteis a partir da data do registro da ocorrência.

11.11. Caso algum equipamento apresente reincidência de problemas, a administradora da ata poderá exigir sua substituição, que deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis a partir da data do registro da segunda ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO E DA GARANTIA.

12.1. O suporte deve cobrir todo o conjunto de equipamentos, peças e mão-de-obra com atendimento no local.

12.2. O prazo para atendimento dos chamados técnicos deverão ser:

12.3. De ciência da abertura do chamado de até 08h (oito horas);

12.4. De até 24h (vinte e quatro horas) a partir da abertura do chamado, para atendimento ao chamado e;

12.5. De até 48h (quarenta e oito horas) como prazo máximo para a solução, excluídos feriados e finais de semana;

12.6. Entende-se por solução do chamado quando o equipamento em questão ou seu substituto (backup), com características iguais ou superiores, estiver em condições normais de operação.

12.7. A empresa contratada deverá ter formas ser contatado para o chamado técnico como número de linha do tipo gratuito (0800), portal de suporte, e-mail e/ou chat, visando a abertura de chamados, o chamado técnico deverá gerar um número de protocolo contendo informações do equipamento e data/horário da abertura do chamado.

12.8. O técnico/funcionário da contratada, após ter solucionado e concluído o atendimento, fará relatório dos procedimentos adotados, fechando o chamado técnico com a aprovação do responsável pela solicitação. uma cópia digital e legível do relatório deverá ser encaminhada para a Secretaria de Educação do Município de Maricá através do e-mail.

12.9. Os chamados abertos somente poderão ser fechados após autorização da equipe técnica, e qualquer chamado fechado sem anuência da empresa contratada ou sem que o problema tenha sido de fato resolvido, será reaberto e os prazos serão contados a partir da abertura original do chamado.

12.10. Caberá à contratada apresentar soluções definitivas para os problemas apresentados dentro dos prazos e das condições estabelecida.

12.11. A reposição, substituição por back-ups, remoção de equipamentos para conserto, se darão pela contratada, canalizados na secretaria de educação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

www.marica.rj.gov.br

12.12. A contratada é responsável pela manutenção dos equipamentos sem ônus para o Município solicitante, inclusive toda e qualquer despesa de manutenção tais como com pessoal, deslocamento, alimentação, transporte, peças, serviços.

12.13. A contratada é responsável pela instalação, a montagem e a configuração dos equipamentos a rede de computadores; incluso o suporte, e todas as configurações necessárias.

12.14. Será de total responsabilidade da contratada a cobertura de seguro de roubo (subtração do bem mediante grave ameaça ou violência ao segurado, sem a possibilidade de resistência), furto qualificado (subtração do bem mediante a destruição ou rompimento de obstáculos, deixando sinais da ocorrência) e quebra accidental (danos provocados por atos involuntários e accidentais com o equipamento).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

13.1. Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)**.

13.1.1. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

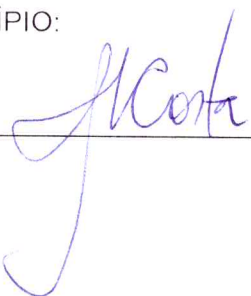
13.1.2. O **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)** encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado (TCE/RJ), para conhecimento, após assinatura das partes.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Cidade de Maricá, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Maricá, 03 de janeiro de 2022

Pelo MUNICÍPIO:



Pela CONTRATADA:

